

Sarney agradece pela aprovação da emenda

Ass Const
29 NOV 1985
CORREIO BRAZILIENSE

"Vamos marchar para a Assembléia Nacional Constituinte, para construir o grande instrumento da unidade nacional", disse ontem o presidente José Sarney, agradecendo o esforço dos congressistas para a aprovação da emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Ontem à tarde, Sarney recebeu do presidente do Congresso, senador José Fragelli, o autógrafa da emenda.

Na solenidade no Palácio do Planalto, estava também o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e todos os membros das Mesas do Senado e da Câmara. O Presidente agradeceu, pela aprovação da emenda, todos os partidos, inclusive os da oposição.

"O Congresso praticou um dos atos mais importantes da história política do País", afirmou Sarney, acrescentando que este gesto reflete também o espírito de harmonia e grandeza que preside

o País na integração dos Poderes na busca dos compromissos e das aspirações da sociedade.

A Constituinte, segundo o Presidente, é uma das aspirações nacionais de ordenar o seu estado de direito. Ele fez questão de citar também uma das frases do seu discurso quando encaminhou ao Congresso a emenda constitucional convocando a Constituinte. "Desejo ser maior do que eu mesmo para cumprir as responsabilidades históricas do País", afirmou.

O presidente do Senado, José Fragelli, destacou a importância da convocação ter sido feita pela primeira vez no Brasil com o empenho dos dois Poderes. O presidente Sarney, segundo ele, estava agora com mais um compromisso cumprido, como também o Congresso. "Um compromisso político para com a Nação, do qual não poderíamos fugir", afirmou.

Igreja dá perfil do constituinte

A Igreja divulga amanhã documento em que aponta os critérios para a formação do perfil dos candidatos ideais à Constituinte, como instrumento de orientação dos católicos. A revelação é do bispo auxiliar do Rio de Janeiro, D. Afonso Gregory, responsável pela Pastoral de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Conforme ele, o episcopado chegou a um consenso de que a Igreja deve elaborar o mínimo de conteúdo de alguns pontos fundamentais da Constituinte, tais como família, propriedade, trabalho e vida. "O importante — assinalou dom Gregory — é que a Constituinte seja um grande momento em que temas importantes

da sociedade sejam debatidos".

O episcopado consciente de que a Igreja não tem poder, mas sim autoridade, pretende exercer essa sua capacidade no sentido de fazer propostas honestas para a Constituinte, a partir de sua carta magna que é o Evangelho. O padre e sociólogo, Fernando Bastos D'Ávila participou ontem da reunião do episcopado.

O padre concluiu que o atual quadro "é indecente". Advertiu que se o Governo não cuidar desse problema irá surgir no País um verdadeiro *apartheid*. Isso porque as classes influentes não só se isolam das mais pobres, como também começam a se organizar para se defender dos marginalizados.

Marinho defende o federalismo

Salvador — A nova Constituição a ser elaborada para o Brasil deve manter, como um dos seus princípios fundamentais, o regime federativo de Governo. A tese é do ex-senador Josaphat Marinho, membro da comissão de alto nível nomeada pelo presidente Sarney para propor sugestões ao anteprojeto da Constituinte, e será por ele defendida na próxima terça-feira, à tarde, nesta capital, durante o XIII Congresso Nacional de Municípios, que reunirá cerca de 3 mil prefeitos e vereadores de todo o País.

Com base neste ponto de vista, que é referendado por importantes segmentos da sociedade

civil, o jurista balano pretende alertar, em seu pronunciamento, "para a necessidade de se regular a distribuição dos poderes políticos, administrativos e tributários dos diferentes órgãos da Federação".

Para que isto seja conseguido, Marinho aponta um ponto básico: o estabelecimento e disciplinamento do processo descentralizador entre as unidades federadas, para que se possa garantir, com firmeza, a autonomia política e administrativa de todas elas. Este procedimento, em sua opinião, se colocaria "contrariamente ao que se tem verificado no País, sobretudo depois de 1964".



Amazonas instala interpartidária

Manaus — Em sessão especial, a Assembléia Legislativa do Amazonas instalou, ontem, a comissão Interpartidária pró-constituinte, composta de nove membros, sendo 4 deputados do PMDB, 3 deputados da Frente Liberal e 2 do PDS, com o objetivo de representar o pensamento da comunidade amazonense dentro da nova Constituição. De acordo com o presidente da comissão, deputado José Belo Ferreira, do PFL, o primeiro passo dessa comissão é incentivar a criação de comissões em todos os municípios do interior do Estado.

"É importante a criação também dessas comissões no interior, pois delas recolheremos subsídios. Pois, o que interessa ao constituinte é que nós possamos recolher, ao longo de 86, os subsídios mais interessantes para toda a sociedade brasileira", disse Belo Ferreira.

Assembléia dá posse à comissão

Recife — A Assembléia Legislativa empossou, na tarde de ontem, em sessão solene, a comissão estadual pró-constituinte nomeada pelo presidente Oswaldo Rabelo, a comissão é integrada pelos deputados Severino Otávio, Carlos Porto e Antônio Airton (PFL), Adalberto Farias (PDS), Torquato Ferreira Lima e Edgar Moury Fernandes (PMDB) e Hugo Martins (PCB).

Ao presidir os trabalhos, o vice-presidente Carlos Porto afirmou que "nunca será demais repetir que o anseio maior do povo brasileiro, nos dias que correm, é o de ver o País estruturar-se política e socialmente, com a promulgação, por uma Assembléia Nacional Constituinte, de um novo texto constitucional, que consagre todos aqueles legítimos anseios, adequando-se à realidade sócio-econômica e propiciando a geração de perspectivas promissoras".